AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES**MINUTA DE RESOLUÇÃO***** MINUTA DE DOCUMENTO**

Dispõe sobre o regulamento da prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, por transportadora brasileira e estrangeira.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no [artigo 105, inciso II, do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022](#), tendo em vista o que consta do Processo nº 50500.340627/2023-32, com base no Voto xx e considerando a [Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001](#), [Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990](#), e demais acordos bilaterais no âmbito do transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros em suas modalidades regular, regular semiurbano e fretamento turístico e contínuo, resolve:

Art. 1º Dispor sobre o regulamento da prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, por transportadora brasileira e estrangeira.

**CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 2º Para fins deste regulamento considera-se:

I - apostilamento: procedimento formal, realizado por cartório, que poderá ser exigido para atestar a autenticidade da assinatura, a função ou cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou carimbo aposto no documento, emitida pela autoridade competente do Estado no qual o documento é originado;

II - ATIT: Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, internalizado por meio do Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990;

III - autorização de trânsito: documento que autoriza o transporte rodoviário terrestre realizado entre dois países signatários com trânsito por terceiros países signatários, sem efetuar neste nenhum transporte local de passageiros, permitindo somente as operações de transbordo em recintos alfandegados e expressamente autorizadas pelos países signatários;

IV - autorizatária: pessoa jurídica brasileira habilitada que presta serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e/ou internacional de passageiros, mediante autorização da ANTT;

V - autorizatária estrangeira: pessoa jurídica estrangeira que presta serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, mediante autorização delegada pelo Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais de seu país de origem;

VI - Certificado de Inspeção Técnica Veicular - CITV: modelo de documento acordado no âmbito do Mercosul de porte obrigatório, conforme [Resolução GMC nº 32, de 05 de dezembro de 2009](#);

VII - Certificado de Segurança Veicular - CSV: documento emitido conforme normativa do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e da Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN, com autenticidade verificável por meio do Sistema Nacional de Controle e Emissão do Certificado de Segurança Veicular - SISCSV;

VIII - encurtamento de linha: redução de seu percurso pela alteração de seus pontos terminais;

IX - frequência: número de viagens em cada sentido de percurso, numa linha, em um período definido;

X - habilitação: condição indispensável à solicitação de autorização e à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros.

XI - itinerário: descrição da rota a ser percorrida na execução do serviço, podendo ser definido por coordenadas geográficas e códigos de rodovias, nomes de localidades ou referências geográficas conhecidas;

XII - licença complementar: autorização concedida pelo país de destino à autorizatária que possui licença originária;

XIII - licença originária (Documento de Idoneidade): autorização para realizar transporte rodoviário internacional, nos termos dos Acordos Internacionais, expedida pelo país com jurisdição sobre a autorizatária;

XIV - linha: ligação entre dois pontos terminais localizados entre localidades de países distintos, incluídas a seção principal e as seções intermediárias, dedicada à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, prestado em caráter aberto ao público em geral, mediante pagamento individualizado do preço cobrado pelo serviço e ofertado em itinerário a ser cumprido por meio de esquema operacional previamente aprovado;

XV - lista de passageiros web: lista de passageiros transportados por viagem, enviada com antecedência, por meio de *webservice* ou plataforma, aos órgãos de fronteira dos países, com a finalidade de agilizar o trâmite fronteiriço;

XVI - MERCOSUL: Mercado Comum do Sul é um bloco de integração regional conformado inicialmente pela Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, podendo outros países se incorporarem ao processo de adesão;

XVII - micro-ônibus de categoria M3: veículo automotor de transporte coletivo dotado de mais de 8 (oito) lugares além do condutor, com capacidade máxima de 20 (vinte) passageiros, e com Peso Bruto Total superior a 5 (cinco) toneladas e inferior a 7 (sete) toneladas, sujeito às disposições constantes na [Lei n. 9.503, de 1997](#), e nas Resoluções do Contran;

XVIII - ônibus: veículo automotor de transporte coletivo com capacidade para mais de 20 (vinte) passageiros ainda que, em virtude de adaptações com vista à maior comodidade desses, transporte número menor, e peso bruto total igual ou maior que 7 (sete) toneladas, sujeito às disposições constantes na [Lei n. 9.503, de 1997](#), e nas resoluções do Contran;

XIX - operação conjunta: viagem que ocorre em um trecho específico e no mesmo veículo, para prestação conjunta de serviços internacional e interestadual ou intermunicipal de transporte rodoviário coletivo de passageiros pela mesma autorizatária;

XX - operação simultânea: viagem que ocorre em um trecho específico e no mesmo veículo, para a execução simultânea das viagens de duas ou mais linhas de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros pela mesma autorizatária;

XXI - pontos de parada: local de parada obrigatória ao longo do itinerário, de forma a assegurar, no curso da viagem e no tempo devido, alimentação e descanso aos passageiros e à tripulação do ônibus;

XXII - prolongamento de linha: é o aumento de seu percurso pela alteração de seus pontos terminais;

XXIII - seção: serviço realizado em trecho da linha, entre localidades de países distintos, passível de exploração comercial dentro de uma linha;

XXIV - serviço de fretamento turístico, denominado viagem ocasional em circuito fechado: o serviço prestado por autorizatária, para deslocamento de pessoas em circuito fechado, em caráter ocasional, com lista de passageiros transportados e emissão de nota fiscal de acordo com as características da viagem, que deverá ser realizada na modalidade turística;

XXV - serviço de fretamento contínuo: o serviço prestado por autorizatária, para deslocamento de pessoas em circuito fechado, por período determinado, com relação de passageiros transportados, firmado por meio de contrato registrado em cartório, destinado ao transporte de empregados ou colaboradores de pessoa jurídica, de docentes, discentes e técnicos de instituição de ensino, e de associações em geral;

XXVI - serviço de temporada turística não permanente: serviço regular especial acordado e autorizado pelos Organismos de Aplicação dos Acordos Internacionais com datas e prazos definidos de ocorrência não permanente, que servem para assegurar a oferta de transporte em períodos de alta demanda, para itinerários não atendidos por serviços regulares de transporte internacional;

XXVII - serviço de temporada turística permanente: serviço regular especial acordado e autorizado pelos Organismos de Aplicação dos Acordos Internacionais, para um itinerário atendido por uma linha habilitada, com datas e prazos definidos e de ocorrência permanente, para assegurar a oferta de transporte em períodos de alta demanda;

XXVIII - serviço regular de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros: atividade de transporte, disponível para acesso do público em geral, mediante venda individualizada de bilhete de passagem e executada por meio de viagens entre localidades do território nacional e do território estrangeiro;

XXIX - serviço regular semiurbano, denominado transporte fronteiriço de passageiros: aquele realizado exclusivamente entre cidades vizinhas de fronteira de países signatários, com características específicas acordadas bilateral ou multilateralmente;

XXX - Supas: Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros;

XXXI - terminal rodoviário: local público ou privado, aberto ao público em geral, destinado ao embarque e desembarque de passageiros e ao controle da prestação dos serviços de transporte de passageiros, permitindo a articulação entre redes de transporte e provendo serviços de apoio aos usuários e à tripulação;

XXXII - transportadora: pessoa jurídica brasileira, habilitada pela ANTT, apta a solicitar a licença originária para prestar o serviço regular de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros;

XXXIII - transportadora estrangeira: pessoa jurídica estrangeira, detentora de licença originária expedida pelo Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais que solicita a expedição da licença complementar; e

XXXIV - viagem ocasional multimodal: serviço rodoviário que contenha etapas do itinerário realizadas em diferentes meios de transporte, mediante concordância específica do país de destino.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 3º Para a criação do serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, é necessário prévio acordo bilateral ou multilateral entre os Organismos de Aplicação dos países integrantes dos Acordos Internacionais.

Art. 4º O transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, sob o regime de autorização, se classifica em:

- I - serviços regulares;
- II - serviços regulares semiurbanos;
- III - serviços de fretamento turístico; e
- IV - serviços de fretamento contínuo.

CAPÍTULO III DA HABILITAÇÃO

Art. 5º A habilitação da transportadora é requisito para o requerimento de licença originária para prestação de serviço regular e serviço regular semiurbano de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros.

Art. 6º Poderão ser habilitadas para a prestação de serviço regular e serviço regular semiurbano, as pessoas jurídicas nacionais, que comprovem regularidade jurídica e econômica, conforme disposições

contidas no regulamento do transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, no que couber.

CAPÍTULO IV DA CONVOCAÇÃO

Art. 7º Realizado o acordo de linha regular em reunião bilateral ou multilateral, cada país envolvido selecionará sua transportadora, conforme sua legislação vigente.

Art. 8º A seleção de transportadora para a prestação de serviço de novas linhas acordadas, ocorrerá por meio de convocação e divulgação no portal da ANTT.

Parágrafo Único. Decorrido o prazo de convocação, previsto em documento convocatório, em caso de ausência de manifestação de interesse, a linha ficará disponível para qualquer transportadora interessada em operá-la, devendo apresentar os documentos elencados no art.18.

Art. 9º A Supas publicará, em seu portal, convocação para transportadoras interessadas em operar linha acordada em reunião bilateral ou multilateral entre o Brasil e demais países, com seus respectivos critérios operacionais e de classificação para o processo seletivo público.

Art. 10. Poderá manifestar interesse, mediante requerimento, qualquer transportadora.

Art. 11. O número de transportadoras para cada linha será definido conforme acordo bilateral ou multilateral.

Art. 12. Decorrido o prazo convocatório do processo seletivo, será publicada Decisão da Supas, com a apresentação das transportadoras que manifestaram interesse e, em caso de número superior de transportadoras para o número de vagas oferecidas, haverá critério de classificação.

Art. 13. O critério de classificação será pela maior oferta de lance.

Parágrafo único. A Supas poderá, desde que devidamente justificado e previsto no documento convocatório, adotar critério de classificação diverso ou combinado com o previsto no *caput*.

Art. 14. A transportadora contemplada deverá apresentar os documentos constantes do art. 18, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da decisão, em sistema disponibilizado pela ANTT.

Parágrafo único. Em caso de não cumprimento do prazo do *caput*, o requerimento da transportadora será indeferido, sendo convocada a próxima transportadora classificada e assim sucessivamente.

Art. 15. Em caso de pendências na documentação, será dado o prazo de até 15 (quinze) dias para a transportadora saná-las.

Parágrafo único. Em caso de não saneamento das pendências, o requerimento da transportadora será indeferido por Decisão da Supas, sendo convocada a próxima transportadora classificada e assim sucessivamente.

Art. 16. Cumpridos os requisitos da convocação, será publicada Decisão da Supas, autorizando a expedição da Licença Originária, dando conhecimento do ato à Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO V DA LICENÇA ORIGINÁRIA

Art. 17. A Licença Originária será emitida para cada linha, pelo prazo de 10 (dez) anos, ou prazo estipulado por acordo internacional, por meio de Decisão Supas.

Art. 18. Para a expedição de Licença Originária, a transportadora deverá apresentar à Supas os seguintes documentos, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou outro que vier a substituí-lo:

- I - requerimento assinado por representante legal, sócio da sociedade empresária, ou procurador com o instrumento de procuração;
- II - relação de veículos, devidamente habilitados no Sistema de Habilitação de Transporte de Passageiros - SISSHAB na forma estabelecida pela Supas, para a vinculação da frota cadastrada aos serviços de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros;
- III - Certificado de Registro de Licenciamento dos Veículos - CRLV;
- IV - Inspeção Técnica Veicular;
- V - Certificado de Apólice Única de Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional, conforme ATIT, ou de outro acordo internacional;
- VI - esquema operacional da linha na forma estabelecida pela Supas;
- VII - cadastro da infraestrutura dentro do território brasileiro;
- VIII - quadro de horário, respeitadas as frequências acordadas; e
- IX - cadastro de motoristas em sistema específico da Supas.

Art. 19. O processo de renovação da licença originária deverá ser iniciado com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias do prazo da vigência, devendo ser apresentada a documentação do art. 18, sob pena de paralisação do respectivo serviço regular no sistema específico da Supas.

CAPÍTULO VI DA LICENÇA COMPLEMENTAR

Art. 20. Para a expedição de Licença Complementar, por meio de Decisão Supas, o Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais ou o representante legal/procurador da transportadora estrangeira deverá apresentar à Supas, no prazo acordado, a contar da data da expedição da Licença Originária, os seguintes documentos por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou sistema que vier a substituí-lo:

- I - licença originária bilíngue expedida pela autoridade competente do respectivo Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais;
- II - instrumento público de procuração, nomeando e constituindo representante legal da transportadora estrangeira, com plenos poderes para representá-la em todos os atos administrativos e judiciais em que deva intervir na jurisdição do outro país;
- III - cadastro do representante legal, conforme modelo estabelecido pela Supas;
- IV - relação de veículos, para a vinculação da frota cadastrada aos serviços de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros;
- V - apresentação de apólice de seguro internacional, quando houver previsão em acordo internacional;
- VI - apostilamento da documentação comprobatória; e
- VII - quadro de horário, respeitadas as frequências acordadas.

Parágrafo único. O apostilamento da Licença Originária poderá ser dispensado, desde que previamente acordado entre os países signatários.

Art. 21. Para a renovação da licença complementar, não será necessária a expedição de nova licença originária (Documento de Idoneidade), salvo se estiver vencida.

Parágrafo único. A renovação observará o prazo estabelecido pelo país de origem, cuja publicação será por meio de Decisão Supas, devendo a autorizatária e o Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais serem comunicados por meio de ofício.

Art. 22. As autorizatárias com licenças complementares expedidas pelos Organismos de Aplicação dos Acordos Internacionais de países de destino deverão apresentar a respectiva licença para a Supas, no prazo

de até 30 (trinta) dias da emissão, em processo eletrônico protocolado no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou sistema que vier a substituí-lo.

CAPÍTULO VII DO SERVIÇO REGULAR E REGULAR SEMIURBANO

Art. 23. Os serviços regulares de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, sob o regime de autorização, classificam-se em:

I - regular; e

II - regular semiurbano.

Art. 24. Para a prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros em caráter regular, a transportadora deverá observar as seguintes condições:

I - possuir a habilitação, conforme exigências do regulamento de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros;

II - possuir a Licença Originária obtida junto à ANTT; e

III - possuir a Licença Complementar obtida junto ao Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais do país de destino.

Seção I Dos Serviços em Temporada Turística Permanente

Art. 25. Para a prestação do serviço de temporada turística permanente previamente acordado, a autorizatória, detentora de autorização para prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, em caráter regular, deverá apresentar à Supas os seguintes documentos por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, ou sistema que vier a substituí-lo:

I - serviço a ser operado, constando a linha com origem e destino, itinerários, pontos de parada e seções, quando for o caso;

II - ponto fronteiro;

III - quadro de horário, respeitadas as frequências acordadas;

IV - cadastro do representante legal, conforme modelo estabelecido pela Supas; e

V - relação de veículos, para a vinculação da frota cadastrada aos serviços de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros.

§1º As informações serão comunicadas ao Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais do país de destino por meio de ofício.

§2º Não haverá obrigatoriedade de operação anual dos serviços de temporada turística permanente.

Seção II Dos Serviços em Temporada Turística Não Permanente

Art. 26. Para a prestação do serviço de temporada turística não permanente, previamente acordado, será realizado processo seletivo público, divulgado pela Supas, por meio de aviso publicado no DOU e no portal

ANTT, contendo os requisitos para que as autorizatárias que prestam serviço regular no transporte interestadual e internacional de passageiros manifestem interesse em operar o serviço, mediante requerimento.

§1º O aviso publicado no DOU e no portal ANTT dará início ao prazo de 30 (trinta) dias do processo seletivo público.

§2º Na hipótese de se apresentarem mais autorizatárias interessadas do que o número definido nos respectivos acordos internacionais, o critério de escolha será por meio de sorteio.

§3º O resultado do sorteio será publicado por meio de Decisão Supas.

Art. 27. A autorizatária selecionada no processo seletivo público deverá enviar à Supas os seguintes documentos por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, ou outro sistema que vier a substituí-lo:

I - serviço a ser operado, constando a linha com origem e destino, itinerários, pontos de parada e seções, quando for o caso;

II - ponto fronteiro;

III - quadro de horário, respeitadas as frequências acordadas;

IV - cadastro do representante legal, conforme modelo estabelecido pela Supas; e

V - relação de veículos, para a vinculação da frota cadastrada aos serviços de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros.

Parágrafo único. Após a escolha da autorizatária, as informações serão comunicadas ao Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais do país de destino por meio de correio eletrônico.

CAPÍTULO VIII DOS SERVIÇOS DE FRETAMENTO

Art. 28. Os serviços de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros sob regime de fretamento turístico são denominados:

I - Viagem Ocasional em Circuito Fechado;

II - Viagem Ocasional Multimodal;

Art. 29. Os serviços de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros sob regime de fretamento contínuo poderão ser acordados para o transporte de empregados ou colaboradores de pessoa jurídica, de docentes, discentes e técnicos de instituição de ensino, e de associações em geral.

Art. 30. Para a prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros sob o regime de fretamento, a autorizatária interessada deverá possuir o Termo de Autorização de Fretamento - TAF, conforme disposto em resolução específica da ANTT.

Art. 31. Para a realização de viagens sob o regime de fretamento turístico e contínuo, a autorizatária deverá emitir a Licença de Viagem em sistema específico designado pela Supas.

Parágrafo Único. A Licença de Viagem não necessitará de complementação por parte das autoridades de transporte dos demais países (de destino e, eventualmente, de trânsito).

Art. 32. Para a realização de Viagem Ocasional Multimodal, a autorizatária deverá solicitar e justificar a sua realização com, no mínimo, 48 horas do início da viagem, por meio de sistema específico designado pela Supas.

Parágrafo único. Deverá ser enviada comunicação à fiscalização da ANTT e ao Organismo de Aplicação do país de destino da autorização da Viagem Ocasional Multimodal, por meio de correio eletrônico.

Art. 33. A autorizatária deverá manter durante todo o itinerário e apresentar às autoridades de fronteira os seguintes documentos:

I - licença de Viagem;

- II - lista de passageiros web, conforme modelo estabelecido pela Supas;
- III - Inspeção Técnica Veicular – ITV, modelo CITV ou CSV a depender do Acordo do país de destino;
- IV - Seguro de Responsabilidade Civil – SRC e Seguro Internacional vigente; e
- V - documentos exigidos na legislação de trânsito, pela aduana e migração.

CAPÍTULO IX DO CIRCUITO TURÍSTICO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

Art. 34. Entende-se como "Circuito Turístico da Tríplice Fronteira" aquele definido na I Reunião de Organismos para aplicação do Acordo Sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT da República da Argentina, República Federativa do Brasil e República do Paraguai.

Art. 35. O transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros sob regime de fretamento no "Circuito Turístico da Tríplice Fronteira" somente poderá ser realizado por transportadoras autorizadas pelo Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu – FOZTRANS, ou outro órgão que o suceder, nos termos deste Capítulo.

Art. 36. Os veículos deverão estar identificados com o selo do FOZTRANS.

Art. 37. O transportador deverá portar os seguintes documentos:

- I - Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional (Carta Azul);
- II - Certificado de Inspeção Técnica Veicular - CITV;
- III - lista de passageiros.

Art. 38. O transportador autorizado deverá observar as regras previstas no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - ATIT, aprovado pelo [Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990](#), bem como demais tratados e acordos internacionais relacionados à prestação do serviço no "Circuito Turístico da Tríplice Fronteira".

CAPÍTULO X DOS DOCUMENTOS DE PORTE OBRIGATÓRIO

Art. 39. Durante a prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros por autorizatária brasileira ou estrangeira, será obrigatório o porte, no veículo, dos seguintes documentos:

- I - licença originária;
- II - licença complementar;
- III - ofício de habilitação do veículo;
- IV - certificado de apólice única de seguros, contemplando passageiros e suas bagagens, e responsabilidade civil por danos a terceiros não transportados, nos termos do ATIT, Mercosul, ou outro acordo internacional;
- V - Inspeção técnica veicular; e
- VI - licença de viagem, constando a lista de passageiros web, para o caso de serviço ocasional em circuito fechado ou outros nos quais se acorde bilateralmente ou multilateralmente.

§1º O porte dos documentos relacionados nos incisos I, II e III será dispensado nos casos em que, bilateral ou multilateralmente, se tenha acordado outros procedimentos de controle que não requeiram seu porte e exibição.

§2º O porte do documento relacionado no inciso IV será dispensado nos casos em que existir um sistema de verificação substitutiva acordado pelos países signatários no tráfego.

§3º O Certificado de Inspeção Técnica Veicular - CITV é obrigatório para os países do Mercosul, e para os demais países será exigido o Certificado de Segurança Veicular - CSV, ou o que constar em Acordo Bilateral.

Art. 40. A habilitação (Carteira Nacional de Habilitação - CNH) e a documentação de propriedade dos veículos da autorizatária serão também documentos de porte obrigatório, sem prejuízo de que as sanções associadas a eventuais descumprimentos se apliquem com base na normativa nacional de trânsito ou no Protocolo de Infrações e Sanções do respectivo acordo internacional.

Parágrafo Único. O passaporte da tripulação poderá ser exigido, a depender do acordo internacional.

Art. 41. Os documentos de porte obrigatório poderão ser exibidos em formato impresso ou digital, por meio de dispositivos eletrônicos - quando for incluído um meio de verificação eletrônico - na medida em que isso seja acordado de forma bilateral ou multilateral pelos Estados Partes envolvidos.

Art. 42. As autorizatárias deverão informar, obrigatoriamente, o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF dos passageiros brasileiros nos bilhetes de passagem, para os serviços regulares, e na lista de passageiros web, para fretamento.

Art. 43. As autorizatárias que prestam serviço regular e de fretamento deverão emitir uma lista de passageiros web para enviar antes do início da viagem a *webservice* da ANTT, ou outra plataforma definida em comum acordo entre os países, para acesso aos órgãos/entidades federais brasileiros, e em caso de reciprocidade aos organismos de aplicação e respectivos órgãos.

Art. 44. A emissão da lista de passageiros *web* será obrigatória a partir de publicação de ato administrativo pela Supas.

Art. 45. O disposto neste Capítulo não impede a observância de acordos específicos firmados com cada Estado Parte que se aplicam ao transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros.

CAPÍTULO XI DA AUTORIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Art. 46. A autorização de trânsito será emitida quando um serviço de transporte rodoviário internacional de passageiros entre dois países signatários tenha a necessidade de transitar por um terceiro país signatário.

Art. 47. O Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais do país de origem da autorizatária solicitará a autorização ao país de trânsito para trafegar pelo seu território, devendo apresentar a licença originária.

Art. 48. Autorizado o trânsito, por meio de ofício, a autorizatária deverá portar esse documento durante a viagem.

CAPÍTULO XII DOS CADASTROS

Art. 49. Para prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros, a transportadora habilitada deverá cadastrar e manter cadastrado:

- I - número do telefone do SAC;
- II - veículos a serem utilizados na prestação do serviço;
- III - motoristas para condução dos veículos durante a prestação do serviço;
- IV - espaços e instalações a serem utilizados na operação para prestação do serviço;
- V - esquema operacional de cada linha a ser operada; e

VI - viagens de cada linha a ser operada.

CAPÍTULO XIII DAS CARACTERÍSTICAS VEICULARES

Art. 50. A autorizatória poderá ofertar qualquer classe de poltrona na prestação do serviço regular.

Art. 51. A autorizatória poderá utilizar veículos de características compatíveis com o serviço delegado, desde que acordado com o país de destino.

Art. 52. Os veículos destinados aos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo semiurbano internacional de passageiros deverão, por suas condições de utilização e conforto, ser classificados nas seguintes categorias:

I - micro-ônibus;

II - ônibus urbano; e

III - ônibus rodoviário básico sem sanitário:

a) Poderá ser utilizada classe de conforto de poltrona superior a critério da autorizatória.

b) Poderá ser utilizado como serviço diferenciado e não poderá haver o transporte em pé de passageiros.

Art. 53. Deverá ser indicada a capacidade do veículo, com discriminação das quantidades máximas de passageiros a serem transportados em pé e sentados, em local de fácil visualização pelos passageiros e associada à simbologia específica.

Parágrafo único. Para efeito de cálculo de lotação máxima de passageiros em pé, deve ser considerado um nível de serviço de 4,5 passageiros por metro quadrado.

CAPÍTULO XIV DAS SOLICITAÇÕES OPERACIONAIS

Art. 54. As solicitações operacionais de autorizatórias deverão ser realizadas junto à Supas e constituem em:

I - habilitação e modificação de frota da autorizatória brasileira;

II - cadastro e modificação de frota de autorizatória estrangeira;

III - cadastro ou alteração de representante legal;

IV - alteração de quadro de horários;

V - alteração de esquema operacional;

VI - implantação e supressão de serviço diferenciado; e

VII - operação conjunta.

§1º É requisito para operação conjunta que o itinerário da linha interestadual, no todo ou em parte, esteja sobreposto no itinerário da linha internacional no trecho coincidente e que ambas sejam operadas pela mesma transportadora.

§2º As comunicações referentes às alterações operacionais de autorizatórias estrangeiras serão realizadas pelo Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais do país de origem, exceto para os incisos III, V e VII.

Seção I Da Habilitação e Modificação de Frota de Autorizatória Brasileira

Art. 55. Os veículos utilizados em linhas internacionais deverão estar habilitados em sistema específico da Supas, devendo ser de propriedade da autorizatária.

Art. 56. Somente serão admitidos na prestação dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros veículos com até 15 (quinze) anos de fabricação, ou o que for acordado bilateralmente.

Art. 57. Para a vinculação do veículo à linha internacional, a autorizatária deverá encaminhar os seguintes documentos, sem prejuízo dos demais documentos exigidos para o cadastramento da frota no sistema específico da ANTT:

I - requerimento informando a inclusão e/ou a exclusão de veículos com a relação da frota total que resultará cadastrada, informando os seguintes campos:

- a) tipo de veículo;
- b) marca;
- c) tipo de carroceria;
- d) ano;
- e) número do chassi;
- f) número de eixos;
- g) número total de poltronas; e
- h) placa.

II - Certificado de Inspeção Técnica Veicular - CITV para os países do Mercosul, e para os demais países o Certificado de Segurança Veicular - CSV, ou o que constar em Acordo Bilateral;

III - apólices do seguro de responsabilidade civil do transportador rodoviário em viagem internacional com os respectivos certificados constando os valores segurados, nos termos dos acordos internacionais.

Art. 58. Após a análise da documentação será expedido um ofício com a relação da frota habilitada, devendo ser de porte obrigatório nos veículos durante a viagem.

Art. 59. A autorizatária será comunicada, por meio de correio eletrônico, da atualização de seu cadastro de veículos, assim como o Organismo de Aplicação do país de destino.

Art. 60. Os veículos cadastrados junto à ANTT deverão ser submetidos anualmente à Inspeção Técnica Veicular (ITV), na forma estabelecida em resolução do Contran.

§1º A Inspeção Técnica Veicular será atestada mediante o CSV-ANTT.

§2º Veículos novos serão dispensados da inspeção técnica referida no *caput* pelo período de 1 (um) ano, contado do primeiro licenciamento, devendo a transportadora apresentar a nota fiscal de aquisição do chassi do veículo.

§3º O CSV-ANTT deverá ser atualizado e enviado para cadastro em caso de modificação das características do veículo, nos termos previstos na [Lei n. 9.503, de 1997](#), e em resoluções do Contran.

Seção II

Do Cadastro e Modificação de Frota de Autorizatária Estrangeira

Art. 61. Cabe ao Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais autorizar e comunicar as alterações na frota da autorizatária estrangeira.

Art. 62. Cabe ao representante legal de autorizatária estrangeira cadastrar os veículos da frota em sistema específico da ANTT.

Art. 63. A Supas enviará a modificação da frota, mediante ofício, ao representante legal no Brasil e em cópia ao Organismo de Aplicação do país de origem.

Seção III Do Cadastro ou Alteração de Representante Legal

Art. 64. O representante legal deverá preencher a ficha cadastral, conforme modelo disponibilizado no portal da ANTT, e assiná-la, responsabilizando-se e assumindo todos os encargos decorrentes das operações da autorizatária estrangeira que representa no Brasil, e enviá-la à Supas, preferencialmente, em processo eletrônico protocolado no Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou sistema que vier a substituí-lo.

Art. 65. A autorizatária estrangeira que não tiver representante legal designado, terá seus serviços suspensos, após prévia comunicação às autoridades do Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais da autorizatária, mediante estabelecimento de prazo.

Seção IV Da Alteração de Quadro de Horários

Art. 66. A alteração dos horários será cadastrada pela autorizatária brasileira e estrangeira em sistema específico da ANTT.

Art. 67. A alteração será feita considerando os seguintes requisitos:

I – em caso de aumento de frequência deverá ser observada a frequência máxima estabelecida para cada linha; e

II - em caso de redução da frequência deverá ser observado o limite estabelecido para cada linha.

Art. 68. A Supas comunicará a alteração ao Organismo de Aplicação dos Acordos Internacionais, encaminhando o quadro de horários.

CAPÍTULO XV DAS MODIFICAÇÕES OPERACIONAIS

Art. 69. As modificações operacionais, desde que acordadas bilateralmente, constituem em:

I - implantação e supressão de seção intermediária;

II - supressão de linha;

III – encurtamento de linha;

IV - prolongamento de linha;

V - operação simultânea de linhas internacionais;

VI - ajuste de itinerário; e

VII – outra modificação operacional que venha a ser acordada.

§1º Somente poderá ser autorizado o encurtamento ou prolongamento de linha quando o exame do comportamento do respectivo mercado indicar a conveniência da medida.

§2º É requisito para operação simultânea que o itinerário das linhas internacionais esteja sobreposto no trecho coincidente e que ambas sejam operadas pela mesma transportadora.

§3º A autorização para realização de operação simultânea será realizada por meio de expedição de ofício específico para este fim, devendo ser de porte obrigatório nos veículos durante a viagem.

Art. 70. Caberá à autorizatória a gestão da frequência de cada linha de acordo com a demanda, observada a frequência máxima e respeitados os acordos internacionais.

Parágrafo único. A Supas poderá determinar frequência mínima diversa da estabelecida pela autorizatória, em função das características da linha.

CAPÍTULO XVI DAS BAGAGENS

Art. 71. O controle de identificação de bagagem deverá conter numeração correlativa e letras identificadas com a sigla de cada país, no caso do Brasil "BR", garantindo o rastreamento da bagagem, atendendo às seguintes determinações:

I - utilização, nas bagagens despachadas, de tíquete de bagagem, com código de controle e da identificação da autorizatória, em 3 (três) vias, sendo que:

- a) a 1ª via será fixada à bagagem;
- b) a 2ª via deverá ser entregue ao passageiro no ato do despacho da bagagem; e
- c) a 3ª via permanecerá em poder da autorizatória.

II - utilização, nas bagagens transportadas no porta-embrulhos, de tíquete de bagagem, com código de controle e a identificação da autorizatória, com cor diferente da despachada, em 2 (duas) vias, sendo que:

- a) a 1ª via será fixada à bagagem; e
- b) a 2ª via permanecerá em poder da autorizatória.

Parágrafo único. Os volumes transportados no porta-embrulhos estarão sob a responsabilidade dos passageiros e não estarão sujeitos a qualquer tipo de indenização por dano ou extravio.

Art. 72. As vias dos tíquetes de bagagem em poder da autorizatória deverão ser mantidas nos veículos durante toda a viagem.

Art. 73. Na identificação da bagagem despachada e do volume transportado no porta-embrulhos, utilizar-se-á tíquete, devendo possuir um sistema de segurança que advirta sobre qualquer tentativa de remoção.

Art. 74. Os dados de sistema de controle de bagagens deverão ser mantidos por um período de 5 (cinco) anos e devem ser colocados à disposição da autoridade de fiscalização de cada país.

Art. 75. As autoridades de fiscalização de cada país devem incorporar o uso de novas tecnologias para complementar os sistemas de controle previstos neste Capítulo, sendo suficiente a mera comunicação às autorizatórias e às autoridades dos demais países.

Art. 76. Deverá ser observado o regulamento de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros com relação a franquias, dimensões das bagagens, indenizações por dano e extravio de bagagens e serviços acessórios.

Parágrafo único. O transporte de encomendas será permitido, desde que sua operacionalização seja regulamentada.

CAPÍTULO XVII DA IDENTIFICAÇÃO DE PASSAGEIROS

Art. 77. A identificação do passageiro de nacionalidade brasileira, maior ou adolescente, ou criança será atestada por um dos seguintes documentos:

I - carteira de identidade (RG) emitida por órgãos de Identificação dos Estados ou do Distrito Federal, aceitos pelos países integrantes do Mercosul, para os demais países, o passageiro deverá certificar-se de

sua aceitação.

II - Registro de Identificação Civil - RIC, na forma do [Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010](#); e

III - passaporte brasileiro.

Art. 78. A autorização judicial é dispensável, se a criança ou adolescente:

I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; ou

II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

Parágrafo único. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, que não sejam pais ou responsável pelo menor.

Art. 79. Constituem documentos de identificação de passageiros de outras nacionalidades, considerada a respectiva validade:

I - passaporte estrangeiro;

II - Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE;

III - identidade diplomática ou consular; ou

IV - outro documento legal de viagem, em conformidade com acordos internacionais firmados pelo Brasil.

CAPÍTULO XVIII

DOS NORMATIVOS NÃO APLICADOS ÀS AUTORIZATÁRIAS ESTRANGEIRAS

Art. 80. Dos normativos internos da ANTT, não se exigirá das autorizatárias estrangeiras, sem prejuízo da adoção do princípio da reciprocidade, o rol abaixo exemplificativo:

I- regulamento e modelo de bilhete de passagem;

II- Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC;

III- acessibilidades nos veículos estrangeiros;

IV- comunicação dos Procedimentos de Segurança;

V- classe de conforto das poltronas;

VI- cadastro de motoristas, plano de capacitação de motorista;

VII- normativos de tripulação;

VIII- plano de manutenção de veículos;

IX- utilização do Sistema de Monitoramento do Transporte Interestadual e Internacional Coletivo – Monitriip; e

X- Gratuidades.

CAPÍTULO XIX

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES DAS AUTORIZATÁRIAS ESTRANGEIRAS

Art. 81. Os seguintes normativos deverão ser aplicados às infrações e penalidades, no que se refere ao transporte, cometidas por autorizatárias estrangeiras no território brasileiro, sem prejuízo à aplicação do princípio da reciprocidade:

I - o Decreto nº 5.462, de 9 de junho de 2005, aos países signatários do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT;

II - os normativos da ANTT aos Acordos de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Carga, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e: o Governo da República da Venezuela; da República Cooperativista da Guiana; do Governo da República Francesa.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o inciso II até que sejam publicados decretos específicos de infrações e penalidades para cada Acordo Internacional.

CAPÍTULO XX DAS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS PARA MANUTENÇÃO DA LICENÇA ORIGINÁRIA

Art. 82. São condições indispensáveis para manutenção da Licença Originária:

I - manter as condições de habilitação;

II - não obter, em dois ciclos consecutivos de avaliação, os níveis ruim e crítico pelo Índice de Qualidade de Transporte Internacional – IQTI;

III - dispor, ao longo de todo o período de execução dos serviços, de quantidade de veículos e motoristas cadastrados compatível com as operações programadas;

IV - manter ativo o cadastro na plataforma digital Consumidor.gov.br; e

V - manter ativo o SAC.

Art. 83. A perda das condições indispensáveis à manutenção da autorização poderá implicar:

I - na inabilitação e cassação de todas as Licenças Originárias nas hipóteses previstas nos incisos I, IV e V do art. 82;

II - na cassação de todas as Licenças Originárias, nas hipóteses previstas nos incisos II e III do art. 82.

Art. 84. O procedimento de extinção por perda das condições indispensáveis à manutenção da Licença Originária seguirá o rito do regulamento do transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros.

CAPÍTULO XXI DOS INDICADORES

Art. 85. Cada autorizatória brasileira será avaliada anualmente pelos indicadores de:

I - percepção do usuário;

II - atualidade dos veículos; e

III - conformidade regulatória.

Art. 86. O Indicador de Percepção do Usuário – IPU tem a finalidade de avaliar a satisfação dos usuários com o serviço prestado, por meio das reclamações e denúncias da Ouvidoria, e será calculado da seguinte forma:

$$IPU = \begin{cases} 0, & \text{se } i \geq 9 \\ \frac{10}{9} \times (9 - i), & \text{se } i < 9 \end{cases}$$
$$i = 100.000 \times \frac{R}{Q}$$

Em que:

IPU – Indicador de percepção do usuário

i – índice de reclamação de usuários

R – quantidade de reclamações registradas no período avaliado

Q – quantidade de viagens ofertadas no período avaliado

Parágrafo único. O valor do IPU é mensurado de 0 a 10, em que 0 representa a pior situação, com índice de reclamações alto, e 10 a melhor situação, com nenhum registro de reclamação.

Art. 87. O Indicador de Atualidade do Veículo - IAV tem a finalidade de avaliar a idade média da frota da autorizatária e será calculado da seguinte forma:

$$IAV = \begin{cases} 10, & \text{se } m \leq 5 \\ \frac{5}{4} \times (13 - m), & \text{se } 5 < m < 13 \\ 0, & \text{se } m \geq 13 \end{cases}$$

$$m = \frac{\sum_{k=0}^n (F_k \times k)}{\sum_{k=0}^n F_k}$$

Em que:

IAV – Indicador de atualidade do veículo

m – índice de idade média da frota por empresa

F_k – quantidade de veículos com idade *k*

k – idade dos veículos (em anos)

n – maior idade de veículo da empresa

Parágrafo único. O valor de IAV é mensurado de 0 a 10, em que 0 representa a pior situação, com idade média da frota maior ou igual a 13 anos, e 10 a melhor situação, com idade média da frota menor ou igual a 5 anos.

Art. 88. O Indicador de Conformidade Regulatória – ICR tem a finalidade de medir a conformidade da autorizatária brasileira em cumprir os normativos vigentes, por meio de infrações registradas, e será calculado da seguinte forma:

$$ICR = \begin{cases} 0, & \text{se } f \geq 14 \\ \frac{5}{7} \times (14 - f), & \text{se } f < 14 \end{cases}$$

$$f = 10.000 \times \frac{N}{Q}$$

Em que:

ICR – Indicador de conformidade regulatória

f – índice de infrações

N – quantitativo de autos de infração lavrados pela ANTT para a autorizatária no período de avaliação

Q – quantidade de viagens ofertadas no período avaliado

Parágrafo único. O valor de ICR é mensurado de 0 a 10, em que 0 representa a pior situação, com índice de infrações alto, e 10 a melhor situação, com nenhum registro de infrações.

Art. 89. O Índice de Qualidade do Transporte Internacional - IQTI será apurado com base nos indicadores do art. 85, com o objetivo de quantificar o nível de serviço prestado pelas autorizatárias brasileiras do sistema, calculado da seguinte forma:

$$IQTI = 0,2 \times IPU + 0,3 \times IAV + 0,5 \times ICR$$

Em que:

IQTI – índice de qualidade do transporte internacional;

IPU – indicador de percepção do usuário;

IAV – indicador de atualidade do veículo;

ICR – indicador de conformidade regulatória; e

§ 1º Considera-se como data de referência para início do ciclo de avaliação o dia 1º de janeiro de cada ano.

§ 2º Considera-se como data de referência para encerramento do ciclo de avaliação o dia 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XXII DA AVALIAÇÃO DAS AUTORIZATÁRIAS

Art. 90. As autorizatárias brasileiras serão avaliadas anualmente pelo Índice de Qualidade de Transporte Internacional – IQTI.

Art. 91. O resultado do índice enquadrará as autorizatárias brasileiras como:

I - Nível Ótimo: para IQTI superior a 8 (oito);

II - Nível Bom: para IQTI igual ou inferior a 8 (oito) e superior a 6 (seis);

III - Nível Regular: para IQTI igual ou inferior a 6 (seis) e superior a 4 (quatro);

IV - Nível Ruim: para IQTI igual ou inferior a 4 (quatro) e superior a 2 (dois)

V - Nível Crítico: para IQTI igual ou menor a 2 (dois).

§ 1º A Supas encaminhará à cada autorizatária brasileira a prévia de seus indicadores, cujo resultado poderá ser contestado em até 30 (trinta) dias corridos.

§ 2º A análise da contestação será realizada em até 30 (trinta) dias corridos pela Supas e, se constatada a inconsistência no cálculo, os resultados serão retificados.

§ 3º Concluído o processo de apuração dos resultados do ciclo de avaliação, a Supas os consolidará e os publicará no sítio eletrônico da ANTT.

Art. 92. Sem prejuízo da avaliação do art. 85, a Supas poderá estabelecer outros indicadores que avaliem a oferta e a demanda dos serviços por meio de sistemas de monitoramento.

CAPÍTULO XXIII
DA AVALIAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Art. 93. A Supas deverá realizar a Avaliação do Resultado Regulatório desta Resolução a partir de 5 (cinco) anos de sua publicação e o seu resultado deverá indicar os possíveis pontos para revisão da norma.

CAPÍTULO XXIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 94. A autorização para o serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros observará os tratados, as convenções e os acordos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, atendido o princípio da reciprocidade.

Art. 95. A sugestão ou pedidos de novos serviços regulares por transportadora, órgãos públicos ou usuários do serviço de transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros será analisada pela Supas para verificar a possibilidade de fazer parte da pauta de reunião bilateral com o país signatário.

Art. 96. As infrações às leis e às disposições desta Resolução sujeitarão o responsável às sanções previstas em lei e na forma das Resoluções da ANTT.

Art. 97. No transporte rodoviário coletivo internacional de passageiros, aplicam-se às transportadoras brasileiras os dispositivos do normativo do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros e do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento, em tudo aquilo que não contrariar as disposições e princípios estabelecidos na presente Resolução.

Art. 98. Ficam revogados os seguintes atos:

I - a Resolução nº 5.401, de 9 de agosto de 2017. (Circuito Da Tríplice Fronteira)

II - a Resolução nº 5.989, de 20 de setembro de 2022; (documentos digitais de porte obrigatório).

III - a Instrução Normativa nº 15, de 22 de setembro de 2022.

Art. 99. As ementas dos atos normativos abaixo passam a vigorar com as seguintes alterações:

I- [Resolução nº 19, de 23 de maio de 2002](#):

"Aprova a adequação à legislação vigente, sem qualquer alteração do seu conteúdo, a compilação em um único documento, dos diversos atos emitidos pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT, relativos à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob regime de fretamento e dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros" (NR);

II- [Resolução nº 19, de 23 de maio de 2002](#), Título II:

"Estabelece procedimentos para a divulgação de publicidade nos veículos utilizados nos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros." (NR)

III- [Resolução nº 643, de 14 de julho de 2004](#):

"Estabelece para as empresas que prestam serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob regime de fretamento e para as empresas que prestam serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros, a obrigatoriedade de informar aos usuários os procedimentos de segurança." (NR)

IV- [Resolução nº 839, de 5 de janeiro de 2005](#):

"Estabelece procedimentos para que as empresas mantenham atualizados os dados referentes à frota de ônibus utilizada na prestação de serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros." (NR)

V- [Resolução nº 1.383, de 29 de março de 2006](#):

"Dispõe sobre direitos e deveres de usuários e prestadores dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros e dá outras providências." (NR)

VI- [Resolução nº 1.445, de 5 de maio de 2006](#):

"Estabelece critérios e procedimentos para a transferência de permissão e do controle societário de empresa permissionária de serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros." (NR)

VII- [Resolução nº 1.971, de 25 de abril de 2007](#):

"Dispõe sobre o cadastro dos motoristas das empresas permissionárias e autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros e às autorizatárias de serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros sob regime de fretamento" (NR)

VIII- [Resolução nº 3.795, de 2012](#):

"[Art.1º](#)

I - nos guichês de vendas de passagens e em todos os veículos, para permissionárias e autorizatárias especiais de serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros, concessionárias de serviços de transporte ferroviário regular de passageiros e autorizatárias de serviços de transporte ferroviário não regular de passageiros; e

II - em todos os veículos para autorizatárias de serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros sob regime de fretamento." (NR)

IX- [Resolução nº 3.871, de 1º de agosto de 2012](#):

"Estabelece procedimentos a serem observados pelas empresas transportadoras, para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços regulares de transporte coletivo interestadual semiurbano de passageiros e serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob regime de fretamento, e dá outras providências." (NR)

X- [Resolução nº 4.130, de 3 de julho de 2013](#):

"Dispõe sobre as características, especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros." (NR)

XI- [Resolução nº 4.282, de 17 de fevereiro de 2014](#):

"Dispõe sobre as condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros, e dá outras providências." (NR)

XII- [Resolução nº 4.308, de 10 de abril de 2014](#)

"Dispõe sobre a sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob regime de fretamento regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)." (NR)

XIII- [Resolução nº 5.396, de 3 de agosto de 2017](#):

"Regulamenta a oferta de tarifa promocional para os serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros." (NR);

Art. 100. A [Resolução nº 19, de 23 de maio de 2002](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Fica aprovada a adequação à legislação vigente, sem qualquer alteração do seu conteúdo, a compilação em um único documento, dos diversos atos emitidos pelo Ministério dos Transportes e pela ANTT, relativos à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros

sob regime de fretamento e dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional semiurbano de passageiros pelas empresas permissionárias e autorizadas, conforme Anexo a esta Resolução." (NR)

Art. 101. O Título II da [Resolução nº 19, de 23 de maio de 2002](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) O presente Título, expedido com fundamento no [art. 101 do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998](#), na [Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997](#), que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e na [Resolução nº 254, de 26 de outubro de 2007](#), do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, estabelece os critérios e as condições para a divulgação de mensagens publicitárias nos ônibus utilizados nos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros." (NR)

"[Art. 2º](#) Os ônibus utilizados nos serviços regulares de transportes rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros poderão portar inscrições, anúncios, pinturas, painéis decorativos ou películas adesivas, contendo mensagens publicitárias, observado o disposto na legislação aplicável.

"§1º Nas áreas envidraçadas das laterais e traseira dos veículos referidos no caput deste artigo, as inscrições, os anúncios, pinturas, painéis decorativos ou películas adesivas, deverão observar o disposto no [art. 111 do Código de Trânsito Brasileiro](#) e na [Resolução nº 254, de 2007, do CONTRAN](#)." (NR)

"[Art. 6º](#) A inobservância das disposições previstas neste Título sujeitará o infrator, conforme o caso, às penalidades de multa previstas nas [Resoluções nº 233, de 25 de junho de 2003](#), e [nº 3.075, de 26 de março de 2009](#)." (NR)

Art. 102. A [Resolução nº 839, de 2005](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Fica estabelecido que as empresas que prestam serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros deverão manter atualizados os dados referentes à frota de ônibus nos sistemas da ANTT.

.....
§ 3º O cadastramento de veículo de propriedade de outra empresa, a ser utilizado por empresas transportadoras dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros, configura integração de ônibus à frota da requerente por prazo indeterminado, mediante contrato de locação, nos termos do § 2º, ou comodato cujo pleito deverá ser encaminhado à SUPASSUPAS, observadas as seguintes condições:" (NR)

Art. 103. A [Resolução nº 1.383, de 2006](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Esta Resolução dispõe sobre direitos e deveres de usuários e prestadores dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros" (NR)

Art. 104. A [Resolução nº 1.971, de 2007](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Esta Resolução dispõe sobre o cadastro dos motoristas das empresas permissionárias e autorizadas especiais de serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros e às autorizadas de serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros sob regime de fretamento, composto pelos seguintes dados:

Art. 105. O Anexo da [Resolução nº 3.524, de 26 de maio de 2010](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"As prestadoras de serviços regulares de transporte rodoviário coletivo regular interestadual semiurbano de passageiros que operam em regime de permissão ou autorização especial enviarão, de acordo com o [art. 1º da Resolução nº 3.524, de 26 de maio de 2010](#), os dados mensais referentes ao desempenho operacional, via internet, pelo site da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)" (NR)

Art. 106. A [Resolução nº 3.871, de 2012](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Esta Resolução estabelece os procedimentos a serem observados pelas transportadoras para assegurar condições de acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida na utilização dos serviços regulares de transporte coletivo interestadual semiurbano de passageiros e nos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros sob regime de fretamento." (NR)

Art. 107. A [Resolução nº 4.130, de 2013](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Esta Resolução define as características, especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação dos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo interestadual semiurbano de passageiros." (NR)

"[Art. 4º](#) Os ônibus destinados aos serviços regulares de transporte rodoviário coletivo semiurbano interestadual de passageiros deverão, por suas condições de utilização e conforto, ser classificados nas seguintes categorias:" (NR)

Art. 108. A [Resolução nº 4.308, de 2014](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"[Art. 1º](#) Fica estabelecida a sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros sob regime de fretamento regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)." (NR)

Art. 109. Esta Resolução entrará em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Diretor-Geral